

fevereiro de 2023.

Publique-se!

GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA SANEMAR.

Maricá – RJ, 10 de abril de 2023.

Rita Rocha

Diretora Presidente Sanemar

Mat.: 800.092

PORTARIA Nº 029/2023 – DP, DE 10 DE ABRIL DE 2023.

A PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ–SANEMAR, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe o art. 9º, da Lei Federal nº 13.303/2016; e Considerando o disposto no parágrafo único, art. 16, do Estatuto Social da Sanemar..

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o colaborador RICARDO DE ALMEIDA BLANCO, matrícula nº 800.300, como responsável pelo setor de Auditoria Interna da Companhia de Saneamento de Maricá – SANEMAR.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 03 de abril de 2023.

Publique-se!

GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA SANEMAR.

Maricá – RJ, 10 de abril de 2023.

Rita Rocha

Diretora Presidente Sanemar

Mat.: 800.092

COMPANHIA MARICÁ ALIMENTOS S.A.

Portaria nº 028 de 10 de abril de 2023

O Presidente da Companhia Maricá Alimentos S.A. no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto no Art. 57 do Estatuto da Companhia Maricá Alimentos S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Promover a transferência de Mariana Rodrigues da Silva Lopes, matrícula 1600023, a partir de 01/04/2023, do cargo Assistente A4 para o cargo de Coordenadora na Presidência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01/04/2023.

Eduardo Britto Santos

Diretor Presidente

Portaria nº 029 de 10 de abril de 2023

O Presidente da Companhia Maricá Alimentos S.A. no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto no Art. 57 do Estatuto da Companhia Maricá Alimentos S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Promover a transferência de Dhenielly dos Santos Nascimento, matrícula 1600024, a partir de 01/04/2023, do cargo Assistente A4 para o cargo de Superintendente na Diretoria Jurídica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01/04/2023.

Eduardo Britto Santos

Diretor Presidente

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002498/2023

COMPANHIA MARICÁ ALIMENTOS S.A. – CMA (BIOTEC MARICÁ) DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZO A DESPESA E RATIFICO A CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 30, inciso II, alíneas “b” e “e” §1º da Lei Federal nº 13.303/16 e suas alterações, para contratação de Contratação de Escritório de Advocacia especializado em Direito Internacional, Contratos Internacionais e Comércio Exterior; Direito Tributário e Empresarial, Patentes, Licenciamento e Propriedade Intelectual, além de estabelecer o planejamento gerencial das atividades, definir a qualidade desejada e estabelecer critérios administrativos para sanções, pagamentos, prazos e demais condições para o cumprimento do futuro contrato, que visa atender às necessidades Companhia Maricá Alimentos S.A., em favor da empresa Escritório de Advocacia PRONER & STROZAKE – Sociedade de advogados, CNPJ Nº 46.662.770/0001-09, no valor de R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais).

Maricá, 12 de abril de 2023.

Eduardo Britto

Diretor Presidente

CONSELHO DA CIDADE DE MARICÁ

ATA - 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (2023) DO CONCIDADE

Abertura: Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quinze minutos, na Casa dos Conselhos, localizado na Rua José Custódio Soares, 175 – Centro de Maricá, realizou-se a primeira Reunião Extraordinária do ConCidade, com a temática sobre o Saneamento Básico de Maricá - projetos, programas e ações, apresentado pelo Conselheiro (Suplente) Horácio da Silva Figueiredo Junior, representando a Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR).

Conselheiros presenciais:

- Celso Cabral Nunes (Titular), da Secretaria de Urbanismo (SEURB);
- Horácio da Silva Figueiredo Junior (Suplente), da Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR);

- Úrsula Brazil Rocha (Titular), da Gaia Soluções Sustentáveis;

- Felipe Silva Lima Queiroz (Suplente), do Instituto Floresta Darcy Ribeiro - AMADARCY;

- Luz Marina de Souza (titular), da Associação de Moradores do Condado;

- Cristiane Dutra, do Sindicato Dos Servidores Públicos do Município de Maricá (SINDSERV);

- Carla Nunes Santos (Suplente), da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá;

- Antônio Francisco Fedele (Titular), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos;

- Milton Cabral Abrahão (Titular), da União das Associações de Moradores de Maricá;

- Leci das Graças Alberti (Titular), da Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher;

A reunião teve início após atingir o número de quórum de conselheiros presentes, onde foi convidado pelo Secretário Executivo Will Robson Coelho, o Secretário de Urbanismo Celso Cabral Nunes (SEURB), a realizar a abertura. O Sr. Celso Cabral Nunes enfatizou as intensas chuvas na Cidade, a urgência de acolher as famílias afetadas pelo temporal e, principalmente, a criação de medidas necessárias para que não ocorra essas possíveis enchentes. Tendo ressaltado a explosão do ciclo migratório na Cidade de Maricá como um dos grandes motivos, pegando-os desprevenido de infraestrutura com a chuva de 100 milímetros em pouco espaço de tempo na região. Destacou as inúmeras invasões que vem margeando essas situações, e aproveitadores que tiram vantagem da necessidade das pessoas, comercializando terras de forma irregular e sem aprovação, causando problemas para a Secretaria. Consequentemente, o Sr. Celso Cabral Nunes informou que, em acordo com o Sr. Prefeito Fabiano Horta, indicou-se a criação de um fórum para integrar a construção civil que é a maior geradora de emprego e renda na Cidade. Com a justificativa de integrar empresas, pessoas e órgãos, levando o convite a todos os construtores, entidades (SOMAR, SANEMAR), construção civil e setor Imobiliário. Sendo o Conselho da Cidade de Maricá convidado a administrar a agenda do fórum de debates e discussões, que deverão ocorrer a cada trimestre. Os conselheiros seriam os mediadores e propagadores de falsas notícias, com a finalidade de criar a interação do setor construtivo com a sociedade, esclarecendo sobre as falsas divulgações e a tratar sobre assuntos de invasões e construções irregulares. Dando sequência à reunião, o Secretário Executivo Will Robson Coelho (SEURB) inteirou aos presentes sobre o início do novo mandato do conselho do ConCidade que ocorreu em agosto de 2022, sendo esta a primeira reunião extraordinária do Conselho. Tendo sido pauta da reunião com o tema específico, a explanação sobre Saneamento da Cidade de Maricá, visto que o saneamento é um dos temas urbanos e ambiental que é mais necessário e muito precário no município. A apresentação consistirá em transmitir os programas, projetos e ações em andamento que estão previstos para os próximos anos, no qual o palestrante será o conselheiro suplente Horácio Figueiredo, representando a Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR). No primeiro slide foi iniciada a apresentação, na qual o conselheiro (Suplente) Horácio da Silva Figueiredo Junior apresentou-se aos participantes, onde qualificou sua formação como engenheiro civil, especialista em recursos hídricos, com mais de 13 anos de experiência na Agência Nacional de Água em Brasília, e atualmente há 2 anos na Sanemar. Em sequência, descreveu a Companhia de Saneamento de Maricá (SANEMAR) como uma empresa muito jovem, existente há quase 4 anos e efetivamente, à frente do esgotamento sanitário do Município desde março de 2022, quando houve a privatização pelo Estado do Rio da empresa Cedae, que possuía a concessão de água e esgoto nas Cidades do Rio. Relatou ainda que, durante esses 50 anos, a Cedae prestou um péssimo serviço a Maricá, onde ela não fez nem 1 quilômetro de rede de esgoto por ano, o que será demonstrado no estudo da Sanemar. No segundo slide, retratou Maricá como uma

Cidade muito extensa, porém estreita, que possui um mar de um lado e uma serra do outro, que impossibilita a qualquer bacia hidrográfica se locomover de um lado para o outro. Tal fenômeno acarreta um grande problema para a Cidade, pois não há dentro do território água suficiente para abastecer todo o município, seja subterrânea ou superficial, para que todos tenham rede de água em suas residências e comércios. Esse fato obriga o Município ter que buscar água fora do território ou realizar a própria dessalinização local. É visto que a Cidade possui pequenos rios, que foram divididas em 14 microbacias, onde estão sendo realizados os projetos para a coleta e tratamento de esgoto desse espaço. No terceiro e quarto slide, foram demonstrados os 23 quilômetros de rede de esgoto do Centro consolidado de Maricá, realizado até o ano de 1953 e os 5 quilômetros no bairro Pedreira, na qual possui uma estação de esgoto que funciona precariamente, próximo ao parque da Cidade. No quinto slide, o conselheiro relatou um acordo firmado entre o Ministério Público e a Petrobrás (COMPERJ), que tinha como finalidade aumentar a rede de esgotamento da Cidade, construindo uma nova estação de tratamento e a criação do emissário para jogar esse esgoto no mar. Entretanto, à época, a empresa ganhadora na licitação, após o início das obras, teve suas atividades paralisadas, em virtude da Operação Lava Jato. E, consequentemente, as empresas vieram a falir e deixaram 80% das obras concluídas. Recentemente, em 2020, um novo Termo de Ajustamento de Conduta com a Petrobras foi acordado, onde a referida empresa desistiu da participação na obra, devolvendo o valor e dando ao Estado autonomia para resolver o problema, que beneficiará de forma igualitária as Cidades de Maricá e Itaboraí. O tratado se deu entre a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio e o apoio operacional do PSAM (Programa de Saneamento Ambiental), que retomaram as obras, e nesse mês de janeiro de 2023 teve uma nova licitação que está sob análise, para a concretização das atividades, cuja missão é fazer o despejo desses 19 quilômetros de rede de esgoto à estação elevatória, para que não houvesse vazamento. Devido às inúmeras ligações feitas pela população clandestinamente nas redes de esgoto inacabadas, é possível ver diariamente caminhões do tipo auto vácuo da Sanemar, fazendo a retirada do esgoto nessa rede incompleta. Em sequência, o Sr. Felipe Queiros, conselheiro, perguntou sobre qual era a região mencionada, e a Sra. Jéssica, moradora participante, questionou sobre onde seria descartado o esgoto recolhido por esses caminhões. De forma solicitada, o conselheiro Horácio Figueiredo respondeu informando tratar da Rede de Araçatiba e Itapeba, onde o esgoto recolhido é destinado a uma estação de tratamento no bairro das Pedreiras. Uma vez que, a Cedae nesses 52 anos atuou de forma vergonhosa e criminosa, tendo apenas realizado 47 quilômetros de rede de esgoto em 5 décadas. E desde que a Sanemar iniciou suas atividades, houve um impasse enorme com a CEDAE, até pegar todo o processo. Entretanto, nesses 3 anos a autarquia realizou vários estudos nesse processo de transição. No sexto slide, o Sr. Horácio Figueiredo explanou a respeito das novas obras em andamento, para instalação uma nova estação de tratamento primário que, através de um emissário pronto e instalado no mar, com aproximadamente 4 quilômetros, lançará esses resíduos na costa, composto de uma estação e uma adutora com a capacidade para 100 a 120 litros por segundos. Vista a informação repassada, o Sr. Milton Abrahão, conselheiro, questionou se esta ETE está pronta? Com toda clareza, o Sr. Horácio Figueiredo inteirou que se trata de um ETE antiga finalizada, com capacidade para 20 litros por segundo, localizada no Bairro de Araçatiba, na qual a engenharia foi reformada por completa. Como citado anteriormente, o PSAM realizará as estações elevatórias que terá capacidade para 50 litros por segundo, cuja rede de esgoto se encontra pronta. No decorrer da apresentação, Sra. Katia Albuquerque e Fatima Casarin, moradoras participantes, indagaram sobre as legendas em cores no mapa. Explicou-se que os referidos pontos são os projetos novos, velhos e em andamento. Sendo a legenda azul a obra em andamento da Petrobras, o laranja as redes existentes do passado e em amarelo os novos projetos e, por último, em verde, o bairro Zacarias (contemplado nessa linha). Será construída uma nova estação de tratamento para 250 litros por segundos. Com a previsão futura através de estudos, a criação de um segundo emissário para 120 litros e a produção de esgoto de todo o Centro no entorno de 350 litros. Embora, o primeiro emissário ainda não esteja funcionando, há previsão para ser finalizado no segundo semestre de 2024. Com grande repercussão sobre saneamento. Nesse momento, dois participantes levantaram perguntas, sendo uma delas foi em detrimento do 2º Distrito ser contemplado, e de todo o 1º Distrito, não propriamente o Centro. Em resposta, foi informado que há um novo mapa com planejamento estratégico para o 2º Distrito, onde uma empresa foi contratada sobre o que está sendo feito. E nele estão o Condado, Caxito, Pindobal, Ubatiba, bairros que não consta no mapa anterior. Sobre o 1º Distrito, todos os bairros serão contemplados, não somente o Centro. No seguinte momento, a Sra. Úrsula Brazil, conselheira, e

a Sra. Fatima Casarim, questionaram em relação à licitação do projeto considerar o crescimento populacional de Maricá, e ao PSAM trazer uma ETE grande. Explicado pelo apresentante que o projeto consta licitado apenas, e que o crescimento populacional possui um estudo de projeção para 2043. E pertinente a ETE, foi comentado que a mesma terá capacidade para 50 litros por segundo, com tratamento primário e que irá bombear para o emissário instalado, com extensão de 4 quilômetros adentro do mar.

No sétimo slide, dando continuidade, o conselheiro Horácio Figueiredo transmitiu os projetos destinados a Ponta Negra e parte de Cordeirinho, que consta com 31 quilômetros de rede e já tem a licitação autorizada para início de obra, bem como a construção de uma estação de tratamento de esgoto terciária com a capacidade para 50 litros por segundo, com a previsão futura de ampliação até Guaratiba, Cordeirinho, Bambuí e Bananal, da qual há estudos de concepções realizadas pela empresa. No oitavo e nono slide, definiu-se os projetos para Inoã, com a construção de uma estação de tratamento de 16 quilômetros de rede de esgoto, que consta o projeto licitado e aguardando o início da obra. Entretanto, seu maior problema é a rodovia que corta a localidade, sendo o bairro de Inoã dividido em Inoã Norte 1/2 e Inoã Sul. No décimo slide, discorreu-se sobre o Jardim Atlântico Leste, a parte final de Itaipuçu próximo à restinga, que prevê uma rede de 103 quilômetros licitada e com obras previstas para iniciar este ano. Perguntado pelo conselheiro Sr. Felipe Queiroz sobre o descarte desses esgotos, foi respondido que serão reunidas as áreas de Itaipuçu e Inoã numa grande estação com capacidade de 600 litros por segundo, e será lançado ao emissário para jogar no mar. Ao todo serão dois emissários no Centro, pois um apenas não aguentará a capacidade toda da região, outro em Itaipuçu e em Ponta Negra, que serão apenas para tratamento terciário. No décimo primeiro slide, descreveu-se sobre o Recanto referente à parte final na divisa com Niterói, que corresponde a 27 quilômetros, cuja obra foi licitada e tem previsão de início para este ano. O Recanto foi dividido em duas bacias, sendo uma A (projeto pronto, licitado e obra a iniciar) e B, sendo direcionado a mesma estação ao bairro do Recanto com 27 quilômetros de rede, Jardim Atlântico com 103 quilômetros, Ponta Negra com 31 quilômetros e Inoã com 15 quilômetros. No décimo segundo slide, determinou que na localidade de São José, o esgoto será direcionado a Itaipuçu, onde terá uma estação de esgoto. O projeto executivo e obra já foram licitados e está na segunda etapa, na qual duas empresas serão definidas, para que, caso haja problema futuro numa, a operação não venha a ser prejudicada totalmente. A previsão de início de obra para São José é ainda esse ano. No décimo terceiro slide, estabeleceu a região do Recanto Sub Bacia / Vigário Itaipuçu, que terá a rede de esgoto reunida com o esgoto de Inoã e São José. Tendo sido prevista a construção de uma estação de tratamento de nível 3, embora se viabilizar o projeto estratégico a definir a melhor solução de emissário, então será realizada uma estação terciária. Com um total de 189 quilômetros de rede de esgoto acolhido pela nova estação de tratamento localizada entre a rua 57 com a 58 (Quadra), com a capacidade futura em 2040 de 600 litros por segundo. Questionado pelo Sr. Felipe Queiroz sobre a realização de tratamento terciário e a utilização de um emissário para despejar ao mar, buscando atender a legislação e a reduzir a poluição do mar. Em resposta, o conselheiro Horácio afirmou que Maricá possui um mar profundo e muito agitado em que, ambientalmente falando, essa carga de poluente que chega ao mar nessas condições é amplamente dissolvida, o que torna desnecessário ter um terciário para jogar no mar, considerando uma perda de energia e recurso, havendo um comentário da Sra. Fatima Casarim em relação à distância do emissário, para que os dejetos não retornem. Com diversas informações em contrapartida, informou-se que a interferência ocorre pelos conjuntos de correntes, e que esse emissário ficará instalado a 200 metros tendo a mesma pluma de dispersão do estudo de lançamento que a Petrobras fez para ela. Sendo assim, o Sr. Felipe rebateu sobre a redução de quatro quilômetros para dois quilômetros em decorrência do ponto de lançamento, sendo que, as Ilhas Maricás estavam muito próximas ao ponto de lançamento, acerca de cinco quilômetros. Por isso, optou-se por dois quilômetros, em vez de quatro quilômetros, simplesmente pela falta de aporte. Interrogado por um dos participantes a questão do controle do esgotamento, foi relatado que sim, há um controle da rede de esgoto, e as águas pluviais são o que pode entrar nessa rede. Visto que a população está realizando a ligação na rede pluvial, e está claro que nem toda área terá rede de esgoto, um exemplo disso é o Espirado. A área de Espirado possui terreno com metragens de 5.000 a 10.000 metros quadrados, e por isso a utilização de uma fossa, filtro, sumidouro é suficiente para esses locais isolados (área rural). Num seguinte questionamento, o Sr. Milton Abrahão relatou sobre a pauta do plano diretor em detrimento aos problemas na coleta de alguns distritos de áreas periféricas, o grande adensamento e a previsão de projetos para os bairros não contemplados como Pindobal, Manoel

Ribeiro e outros. Atendendo o participante, o Sr. Horácio Figueiredo informou que há um estudo contratado para essa área que já foi entregue, e está previsto unificar aos demais projetos gestados na Sanemar. As obras definidas levarão em torno de 2 a 3 anos para terminar (médio prazo), e a área citada pelo Sr. Milton terá mais ou menos 5 a 6 anos para conclusão. No decorrer da apresentação, diversos questionamentos foram levantados pela Sra. Fatima Casarim e outros, sendo em relação as construções realizadas a nível do mar em região de baixada, outra sobre os recursos advindos da venda da CEDAE e da meta do Município. Em resposta, relatou que essas áreas possuem solo completamente inundado e não absorvem corretamente, e que nem elevando a construção solucionaria o problema. E sobre a questão da venda da CEDAE, ao Município foi repassado cerca de 150 milhões, ou seja, quase nada. A planilha de investimento da Sanemar chega em torno de 2 bilhões de reais com todas as redes e estações finalizadas. A receita atual da referida companhia arrecada menos de 100 mil por mês, pois ainda não há rede. Sendo que quando houver rede de água para todos, a cobrança de esgoto será correspondente ao consumo de água. Informou ainda que, atualmente, sobre a Empresa Águas do Rio, há 680 ligações apenas que é feita a cobrança de esgoto. Em contrapartida ao bloco, a Cidade de Maricá faz parte do bloco 1, e há diversos municípios que possui prioridade por falta de recursos, entretanto a Sanemar tem meta e ela já foi entregue. É claro que diferente de São Gonçalo, Maricá necessita de mais rede de esgoto e de água, e por isso de maior investimento per capita no bloco. Desde a concessão, a Águas do Rio nesse um ano e meio não executou nada em saneamento, apenas serviços de abastecimento d'água. A reforma em Ubatiba, ETE do Flamengo, em águas de reuso na ETE Pedreira, o aumento da estação no Bananal, que de 40 litros elevou a capacidade para 120 litros. E atualmente, a promessa para esse ano é que os 40% de rede terão água. Foi encontrado pela Sanemar 120 litros/segundo em Ponta Negra, onde era tirado apenas 40 litros. Essa água vai vir para o Centro. Quando terminar essas obras terão 40% da idade com rede de esgoto. Entretanto há muita coisa a evoluir. Da mesma forma, a Empresa Águas do Rio tem que apresentar o plano de investimento por Município, que deverá ser agora em março de 2023. Foi indicado ao Conselho da Cidade convidar a Empresa Águas do Rio, para apresentarem aos conselheiros sobre o plano de investimento no Município. No entanto, o Município disponibilizou recursos no orçamento, que serão repassados à medida que forem precisando. Atualmente, o valor encontra-se em torno de 400 a 500 milhões de reais de obras licitadas pela Sanemar. No Brasil, o tratamento terciário ainda é uma técnica pouquíssima utilizada nas cidades. Porém, cada vez tal ideia vem ganhando força no atual cenário, em razão da entrada da China no mercado que ocasionou o barateamento no custo. No entanto, os rios brasileiros são classificados como classe 2, o que não exige tratamento terciário nesse nível. Sendo que o tratamento secundário com qualidade chega a eliminar 95%. O tratamento terciário é uma operação com custo maior, que engloba tanto a mão de obra, quanto o material. E trata-se de algo muito delicado, pois qualquer quantidade maior ou produto que não seja previsto, o processo desanda, e tende a reiniciar o processo. A utilização do tratamento terciário servirá para o reuso da água, e não para lançamento ao mar pelo emissário. Visto que seria um gasto desnecessário com o emissário, pois ele só justifica no caso de não fazer o tratamento terciário. Ao ser levantada a questão da água de reuso, o Sr. Felipe Queiroz questionou a escassez de Maricá e da não utilização desse método. O Sr. Horácio Figueiredo relatou sua experiência na cidade da Almeria (Espanha), uma região praiana, onde adquiriu conhecimento sobre a dessanilização e o reuso da água para irrigação da agricultura local. Nos últimos três slides, o Sr. Horácio Figueiredo repassou os programas sociais que a Sanemar tem, e como são realizados na cidade. O primeiro programa citado pelo conselheiro foi na comunidade, outro na Educação e, por último, na Saúde. O Programa Sanear Comunidade atende à população em vulnerabilidade social. Recentemente, foi inaugurada uma rede de tratamento de esgoto em Itaipuçu (praça), numa das quadras que fazem parte do programa, em benefício da população local que, apesar de possuírem fossa, filtro e sumidouro, ainda assim, sofrem com a inundação. Havendo a necessidade de realizar essas redes no entorno, com uma estação pequena de tratamento para atender de 500 a 600 famílias. No Bairro Spar foi realizado junto com a Somar, a construção de fossa, filtro e sumidouro coletiva de boa qualidade para 50 famílias que, anteriormente, tinham seus esgotos a céu aberto. Em Itaocaia Valey, está prevista uma estação de tratamento, onde serão contratadas seis pequenas estações para esses bairros, que atenderão as famílias em estado de vulnerabilidade. O programa Sanear Educação tem como finalidade a educação ambiental e o saneamento nas escolas do Município, adequando a fossa, filtro e sumidouro das instituições educacionais de acordo com a capacidade de pessoas. Por último, o programa Sanear Saúde, que visa

capacitar os agentes de saúde, que realizam visitas diariamente nas residências dos munícipes, com o intuito do agente orientar a população e detectar as famílias em situações críticas, possibilitando à Sanemar a realização da limpeza dessas fossas, através dos caminhões vacal de forma gratuita. Concluídas as apresentações, o Secretário Executivo Will Robson realizou a abertura da sessão para perguntas dos conselheiros do ConCidade e sociedade civil presentes. A Sra. Jessica complementou a fala anterior informando que saneamento básico é uma obrigação da Prefeitura. E em contrapartida, a Sra. Fatima Casarim refutou que lugares isolados não é obrigação, sequer até mesmo das concessões, sendo afirmado pelo Sr. Horácio Figueiredo que essa questão se trata de acesso condicional. A verdade é que a Sanemar vai ter que realizar em 8 anos, o que não foi feito em 50. Lembrando que a Cidade não possui problema financeiro mas, sim em relação ao tempo, pois ela necessita de solução rápida que possa atender a população. Questionado pelo Sr. Milton Abrahão sobre a Sanemar disponibilizar os caminhões 'vacal', para áreas não contempladas no projeto de obras, o Sr. Horácio informou que esses caminhões são disponibilizados às famílias carentes que se enquadram no programa social, e para isso é necessário a realização de um cadastro na Sanemar pela população. A Autarquia tem disponibilizado fossa, filtro e sumidouro, além da distribuição de caixas d'água para a população utilizar como reservatório de água. Atualmente a Sanemar atende 600 famílias nesse programa, onde um caminhão pipa é viabilizado, assim como caixas d'água, para aqueles que não possuem nenhuma condição financeira. Em sequência, a Sra. Úrsula Brazil perguntou sobre a utilização da água de reuso e da questão do biogás, pensando numa Maricá sustentável. O palestrante esclareceu que tem experiência nesse sentido, onde as estações de tratamento usam o gás que produz na estação de tratamento de esgoto para gerar a energia da própria estação. Consequentemente, o Sr. Felipe Queiroz indagou sobre o reaproveitamento do lodo, ao que foi respondido que está prevista a transformação desse resíduo em fertilizante. A empresa obteve conhecimento e experiência nesse processo, e possui a tecnologia para criar o fertilizante. Entretanto, a questão da utilização do lodo para ser transformado em fertilizante vai depender de qual tratamento será feito, pois tendo emissário, não será necessário ter uma estação de tratamento terciário e vice-versa. Embora, com a estação terciária de 600 litros por segundo, a quantidade de lodo será grande e vai necessitar de uma usina de lodo para fazer fertilizante. Em relação ao biogás, a Sanemar precisa realizar um estudo de viabilidade em questão. Entretanto, a utilização da água de reuso é um problema, pois a Cidade não possui indústria, visto que são as grandes indústrias que consomem essas águas de reuso para resfriamento de motor, usina e outras máquinas. Como em Maricá não há essa demanda, não tem o que fazer com essa água de reuso. Num segundo momento, a Sra. Farah Mahmud, moradora participante, ressaltou a importância dos programas sociais executados pela empresa. Outrossim, destacou as contrapartidas sociais, que são frutos de lutas e que proporciona ter, manter e adquirir novos direitos, visto que a Constituição garante esse direito às famílias que estão no limite da vulnerabilidade social. No entanto, o município vem se desenvolvendo muito nesse sentido com o fortalecimento e a vinda dos conselhos, além da concepção de logística em relação à Sanemar e os órgãos de controle social. Em concordância, o palestrante enfatizou a preocupação social como uma das maiores qualidades da presidente da Sanemar. Repassada a fala ao Sr. Felipe Queiroz, o conselheiro parabenizou sobre a iniciativa em questão do saneamento básico em Maricá, o que foi esperado por muito tempo pelos munícipes. Entretanto, as secretarias necessitam realizar um diálogo entre si, pois há diversas intervenções públicas como drenagem e asfaltamento em algumas áreas para incentivar especulações imobiliárias, onde não há condições de esgotamento sanitário com fossa, filtro e sumidouro. O que tem sido solicitado nessas obras de drenagem em Itaipuçu que estão sendo realizadas, nada mais que o refreio dessas áreas, visto que, são locais com lençol freático elevado, o que descumpra uma legislação municipal que não deveria ter habite-se para essas áreas, pois as residências que têm utilizam fossa, filtro e sumidouro, o que está fora do padrão, de acordo com o decreto municipal. Todos os recursos hídricos municipais estão ficando poluídos, devido a esse modo operante que está sendo feito na Cidade. Uma proposta citada pelo conselheiro é de alocar dentro das câmaras técnicas do ConCidade, um levantamento sobre o estudo de impactos da mudança climática no município. Embora Maricá seja um município costeiro, o oceano vai subir e as áreas que estão sendo licitadas e permitindo ocupação, no futuro virão a inundar e ocasionar danos à população instalada, sendo importantíssimo que a SOMAR e a Secretaria de Urbanismo revejam o licenciamento de determinadas áreas. Em relação à água de reuso, o ideal é dialogar com a Secretaria de Agricultura que está realizando um bellissimo trabalho no município sobre a segurança alimentar, e verificar a necessidade da água de

reúso e eventual interesse, pois no município há uma enorme escassez de água. E também pensar que, essa água de reúso poderia ser ofertada para o COMPERJ, visto o retorno com suas obras. Em sequência, a Sra. Ana, moradora participante, questionou sobre a existência de parcerias com universidades e academias na realização de estudos, a fim de publicar e dar visibilidade ao projeto. E sobre as intensas chuvas, indagou sobre um projeto de enfrentamento para a retirada da população em locais atingidos por eventuais inundações. Um exemplo citado foi o bairro da Pedreira, que é atingido frequente e drasticamente pela chuva intensa. Argumentado pelo Sr. Horácio Figueiredo sobre o problema de enchente, enfatizou que esse acontecimento é geral, pois as Cidades brasileiras crescem de forma desorganizada, impermeabilizando o solo. Contudo, as mudanças climáticas informa que haverá poucas chuvas, porém intensa em períodos menores e períodos longos de estiagem. A verdade que nenhuma Cidade possui estrutura para receber 100 milímetro de chuva em 4 horas. Isso tudo é devido estar um pouquinho acima do nível do mar, e quando esta revoltou essa água não consegue sair por ele. O que resulta no acúmulo de água da chuva nos locais, pois não tem para onde escoar essa água. Há uma enorme desarticulação de informação entre secretaria, e isso é um problema no governo. A verdade é que vamos atender a Cidade quase toda, mas não terá 100% de rede de água e esgoto, isso porque não é razoável em algumas localidades, exemplo Espraiado. E para finalizar, a Sra. Fatima Casarim questionou sobre a necessidade de ter uma gestão do território nessas áreas proibitivas, em decorrência dos tipos de construção com 1,5 metros do solo, em questão das inúmeras inundações. Sendo necessário buscar uma adaptação para a população que mora nessas condições, a fim de evitar transtornos futuros. Encerrada a rodada de perguntas, o Sr. Will Robson agradeceu ao Conselheiro Horácio Figueiredo pela apresentação e aos demais presentes. E reforçou o fortalecimento do ConCidade e as dinâmicas programadas em andamento, como a reunião ordinária, extraordinária e as câmaras técnicas. As câmaras técnicas já estão funcionando com diversos temas, desde habitação, mobilidade, projetos especiais, desenvolvimento econômico e gestão do solo. Sendo possível convocar empresas para se apresentar nas reuniões extraordinárias e até mesmo convidar participantes a compor a câmara técnica, em conformidade com o regimento e demanda do Conselho. Em agradecimento aos presentes, o Sr. Horácio Figueiredo frisou representar externamente a Sanemar, como relação institucional da Autarquia. Encerrada a apresentação, convidou-se o Secretário Celso Cabral para a última fala, onde fortaleceu a dinâmica de reunião do Conselho da Cidade e salientou a criação do diálogo e conversa sobre pontos importantes da Cidade. Considerando toda a crítica de forma construtiva, para um desenvolvimento melhor da Cidade. E finalizando, definiu a energia (luz) como incentivo às invasões, pois a empresa realiza ligações de energia com uma simples documentação (RG, CPF), o que facilita essa habitação irregular, sem exigir qualquer liberação de Alvará ou Habite-se por parte da Secretaria do Urbanismo. Depois de fechadas e concluídas as falas finais, sem mais nada a tratar, a 1ª Reunião Extraordinária do ConCidade foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos. A reunião foi pública e teve registro de cerca de 30 participantes, que assinaram a lista de presença, conforme consta em anexo, junto ao Livro de Atas do ConCidade. A Ata foi lavrada e certificada por Will Robson Coelho, Secretário Executivo do ConCidade, Assessor Técnico da SEURB. Assim, certificamos e damos fé pública à presente Ata. Registro, áudio e vídeo da reunião disponível em: <https://youtu.be/Gxx-cjy42gsE>
Maricá, 15 de fevereiro 2023
Celso Cabral Nunes
Presidente do ConCidade

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES

EXTRATO DO CONTRATO 005/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM COMBUSTÍVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES (EPT) E LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A
PARTES: AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES – EPT E LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E UTILITÁRIOS, SEM MOTORISTA, COM QUILOMETRAGEM LIVRE E SEM COMBUSTÍVEL, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0005822/2023
VALOR GLOBAL: R\$ 80.340,00 (OITENTA MIL E TREZENTOS E QUARENTA REAIS)

PROGRAMA DE TRABALHO: 71.01.04.122.0069.2277
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00
FONTE DO RECURSO: 1704
NOTA DE EMPENHO: 163
DATA DE ASSINATURA: 05 DE ABRIL DE 2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: REGENDO-SE PELAS NORMAS GERAIS DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, DO DECRETO MUNICIPAL 158/2018, DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA, PELO CONTRATO Nº 005/2023, CONFORME AUTORIZADO PELO PROCESSO ADMINISTRATIVO 0005822/2023. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES - EPT (CONFORME PORTARIA 256 DE 17/10/2022 DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA).
Maricá, 10 de abril de 2023.
LUCAS SIQUEIRA COLE NASCIMENTO
Diretor Administrativo - EPT
Matrícula 1000212

PORTARIA EPT Nº 102 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA EPT no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021 e Portaria nº 256 de 17/10/2022, considerando a necessidade de fiscalizar e atestar o Contrato 005/2023 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, referente ao Processo Administrativo nº 0005822/2023, com fulcro na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Municipal 158 de 2018. RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Fiscalização e atesto do Cumprimento do contrato 005/2023 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, referente ao Processo Administrativo nº 0005822/2023:
- Paolo Martins Barbosa - Matrícula: 1000182
- Juliana Soares Campelo – Matrícula 1000228
- Afonso Gagliano Spalla – 1000220
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, Maricá, 10 de abril de 2023.
LUCAS SIQUEIRA COLE NASCIMENTO
Diretor Administrativo - EPT
Mat.: 1000212

PORTARIA Nº 101 DE 10 DE ABRIL DE 2023.
O PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021.
CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 921/2022, que regulamentou o parágrafo 3º do Artigo 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 e estabeleceu regras para atuação do Agente de Contratação e demais envolvidos no processo licitatório, há a necessidade de designação de Servidores desta Autarquia para atuação, conforme determina o dispositivo citado acima;
CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico EPT/DA Nº 030/2023 e a necessidade de adequação da estrutura interna da EPT, de modo a cumprir o que fora determinado pela nova legislação, se faz necessário a criação da Coordenadoria de Contratação, visando substituir a CPL, bem como a designação de Agente de Contratação e Equipe de Apoio;
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir os Servidores: Jhone Medeiros, matrícula: 1100133 como Coordenador de Contratação e Lucas Mattos, matrícula: 1100095 como Agente de Contratação.
Art. 2º - Instituir na Equipe de Apoio, que auxiliará o Agente de Contratação no momento do Certame, os servidores a seguir:
- Márcio Prata – Matrícula 300.074-9;
- Leandra Moreira da Silva – Matrícula 1000226;
- Cristina Mariano da Rosa Rodrigues – Matrícula 1000223.
Art. 3º - Com a criação da Comissão com os servidores indicados, a mesma será composta pelos seguintes membros:
I – Jhone Medeiros de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula 1100049, sendo designado como Coordenador de Contratação;
II - Lucas Mattos Silva, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula 1100095, sendo designado como Agente de Contratação;
III – Márcio Vieira Prata, ocupante do cargo de Contador, matrícula 300.074-9, sendo designado como membro da Equipe de Apoio;
IV - Leandra Moreira da Silva, ocupante do cargo de Assessora 4 – Matrícula 1000226, sendo designada como membro da Equipe de Apoio;

V – Cristina Mariano da Rosa Rodrigues, ocupante do cargo de Assessora 4 – Matrícula 1000223, sendo designada como membro da Equipe de Apoio.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT,
Maricá, 10 de abril de 2023.
CELSON HADDAD LOPES
Presidente da Autarquia Empresa Pública de Transportes-EPT
Matrícula 1000122

PORTARIA EPT Nº 103 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021, considerando o Memorando Eletrônico EPT/DA Nº 31/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Destituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 do servidor Lucas Mattos Silva, matrícula nº 1100095.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/04/2023.
GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT
Maricá, 10 de abril de 2023.
CELSON HADDAD LOPES
Presidente EPT
Mat.: 1000122

PORTARIA EPT Nº 104 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021, considerando o Memorando Eletrônico EPT/DA Nº 31/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG3 ao servidor Lucas Mattos Silva, matrícula nº 1100095.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/04/2023.
GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT
Maricá, 10 de abril de 2023.
CELSON HADDAD LOPES
Presidente EPT
Mat.: 1000122

PORTARIA EPT Nº 105 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021, considerando o Memorando Eletrônico EPT/DA Nº 31/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 a servidora Daniele Coutinho da Silva, matrícula nº 1100098.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/04/2023.
GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT
Maricá, 10 de abril de 2023.
CELSON HADDAD LOPES
Presidente EPT
Mat.: 1000122

PORTARIA EPT Nº 106 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021, considerando o Memorando Eletrônico EPT/DA Nº 31/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Instituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Marcelo Correa de Araújo, matrícula nº 1100062.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/04/2023.
GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT
Maricá, 10 de abril de 2023.
CELSON HADDAD LOPES
Presidente EPT
Mat.: 1000122

PORTARIA EPT Nº 107 DE 10 DE ABRIL DE 2023
O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Com-